

Ano 4 - Nº 20  
junho 2004  
Secção Pernambuco

*Jornal da*

**OAB**  
PERNAMBUCO  
Atuando no 3º Milênio

Impresso  
Especial

406500888-2/2002-DR/PE  
OAB

CORREIOS



# 110 anos

## do Estatuto da Advocacia



**CAAPE**

Câmara de Assistência dos  
Advogados de Pernambuco

OAB/PE  
ESAPE

Escola Ruy Antunes

**ÉTICA**  
A BANDEIRA DO  
ADVOGADO



# Os 10 anos do Estatuto da OAB

Brasília, Distrito Federal, segunda-feira, 4 de julho de 1994. Trinta anos depois de iniciado um dos mais dramáticos e conturbados períodos da história nacional, o país respira enfim aliviado a plenitude de uma estabilidade econômica verdadeira e de uma democracia efetiva para todos.

No campo dos direitos sociais, a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 inovou e abriu caminhos ao dispor, em seu artigo 133, de forma pioneira, que o advogado é "indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei".

Os protestos da juventude cara-pintada e de entidades como a OAB e a ABL levam dois anos antes ao *impeachment* do primeiro governante eleito pelo voto direto após a ditadura e à posse de seu vice no cargo. Explode nos corações dos brasileiros a alegria do tetracampeonato de futebol de 94, e, no mesmo semestre, o mundo jurídico saúda a sanção da Lei nº 8.906, novo Estatuto da Advocacia e da OAB, em substituição à anterior, Lei nº 4.215/63, sancionada no governo João Goulart.

Com 158 artigos, o EAOAB é enriquecido por um regulamento-geral e por um código de ética e disciplina, que lhe dão aplicabilidade e coerência lógica. Nessa toada, cabe

a cada advogado do país, na capital ou no interior, do Oiapoque ao Chuí, conhecê-lo, manuseá-lo e, sobretudo, entendê-lo, tornando-o um parceiro de todos os momentos e etapas de sua vida profissional, sua segunda bíblia.

Desde a obrigatoriedade do Exame de Ordem (cada vez mais rigoroso) para a inscrição no quadro de advogados até a simplificação do rol de infrações disciplinares (de 29 para 19) e as oportunas alterações no campo procedimental, sem dúvida muito avançou o atual estatuto sobre o anterior, adequando-se aos novos tempos em que vive a advocacia (e a sociedade) brasileira e preparando-a para desafios igualmente novos que lhe são colocados dia após dia.

Em seu discurso de posse na Presidência do Conselho Federal da OAB para o triênio 2004/2006, o paranaense Roberto Busato já advertiu: "Sem deixar de ser a Casa do Advogado, a OAB é bem mais que uma entidade classista: é trincheira de defesa da cidadania, sentinela avançada da sociedade civil, vigilante na defesa intransigente do Estado de direito democrático". É justo o reconhecimento, portanto, à Lei nº 8.906, que, com os seus inegáveis méritos (e sabidas imperfeições), haverá de ser para sempre lembrada como o diploma que, de modo efetivo, reinseriu a advocacia brasileira no seio do Estado de direito. Parabéns a todos nós!

Expediente

Jornal da **OAB**  
PERNAMBUCO

Rua do Imperador Dom Pedro II, 235  
CEP: 50.010-240 Sto. Antônio - Recife - PE

Fone: (81) 3424.1012

Fax: (81) 3424.1012

Site: [www.oabpe.org.br](http://www.oabpe.org.br)

E-mail: [oabpe@oab-pe.com.br](mailto:oabpe@oab-pe.com.br)

Coordenador-geral: Ricardo do Nascimento  
Correia de Carvalho

Colaboração: Conselheiro Gustavo Freire

Produção: Assessoria de Imprensa da OAB/PE  
Via Mídia Comunicação e Imprensa

Jornalista responsável: Eliana Victório  
DRT / MS 167

Textos: Ondine Bezerra, Valéria Victório  
e Mirela Sá

Revisão: Laércio Lutibergue e Solange Lutibergue  
(Companhia do Texto)

Fotos: Beto Dantas

Projeto gráfico e diagramação: Sebastião Corrêa

Comercial: Irene Maria do Ó

Impressão: Gráfica e Editora Contexto

Tiragem: 17.000 exemplares

2 - Junho

**Anuncie aqui**  
**Fale com Irene Maria do Ó**  
**Fone: 3224-2425**

**Advogada e advogado:**  
**pague a sua anuidade.**



# A essência do Exame de Ordem

Flares Vasconcelos de Carvalho  
Presidente da Comissão do Exame de Ordem

A exigência da realização do Exame de Ordem, como forma de habilitar os bacharéis em Direito para o pleno exercício da advocacia, existe em praticamente todos os países.

No Brasil ele foi instituído pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963. É bem verdade que a exigência do Exame de Ordem, nessa época, poderia ser afastada com a comprovação da realização de estágio profissional supervisionado pela OAB. Com o advento do Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído pela Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, raros são os casos em que o bacharel em Direito fica dispensado dessa obrigação.

Hoje o Exame de Ordem está regulamentado pelo Provimento nº 81, de 16 de abril de 1996, do Conselho Federal da OAB.

Esse provimento estipula que o Exame de Ordem será realizado até três vezes por ano, sempre nos meses de março, agosto e dezembro. No entanto, a maioria dos Estados promove apenas dois por ano, nos meses de março e agosto.

O exame realiza-se em duas etapas. A primeira se constitui de uma prova objetiva com até 100 questões extraídas do currículo mínimo do curso de Direito, estabelecido pelo Ministério da Educação. A segunda, aplicada exclusivamente aos aprovados na fase anterior, é uma prova subjetiva que inclui a redação de uma peça profissional e até cinco quesitos práticos sobre um dos seis ramos do Direito, de livre escolha do candidato: administrativo, civil, comercial, penal, trabalhista e tributário.

Considera-se aprovado o candidato que obtiver no mínimo a nota 5 na prova objetiva e 6 na prova prático-profissional.

As notas aplicadas pelas bancas em ambas as provas podem ser objeto de recurso, dirigido à Comissão do Exame no prazo de três dias, a contar da publicação do resultado, sendo as decisões desse colegiado irrecorríveis na esfera administrativa da OAB.

Inicialmente, cada Estado realizava o seu Exame de Ordem de forma independente dos demais. Com o passar do tempo, verificou-se a necessidade de ele ser regionalizado e, quem sabe, no futuro, unificado para todo o país.

Apesar de se poder considerar a unificação uma tendência natural, é preciso reconhecer que existem muitas resistências a esse processo, em especial dos Estados do Sudeste, além, evidentemente, das dificuldades inerentes a um procedimento desse porte em nível nacional.

Os Estados do Nordeste saíram na frente na tentativa de regionalizar o exame. Após diversas tentativas, desde o

início do ano passado se vem caminhando nesse sentido. Num primeiro momento, a regionalização abrangeu apenas a prova objetiva (Exame nº 2003.1) e atingiu cinco Estados (Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte). Posteriormente, a regionalização foi estendida a ambas as provas e ganhou a adesão de mais um Estado (Ceará). No início deste ano, os Estados do Piauí e de Sergipe juntaram-se ao grupo, e é quase certa a participação, em agosto deste ano, do Estado do Maranhão.

Nos 18 Exames de Ordem realizados e concluídos em Pernambuco desde o advento do Provimento nº 81/96 (1996 a 2003), tivemos um índice de aprovação média de 56% - 5.953 aprovados em um universo de 10.465 candidatos.

O objetivo primordial do Exame de Ordem é aferir os conhecimentos técnicos básicos indispensáveis ao exercício da advocacia pelos bacharéis em Direito. É evidente que a aferição desses conhecimentos passa, necessariamente, pela análise dos cursos jurídicos, responsáveis pela formação universitária dos nossos jovens.

Não custa nada repetir o que já vem sendo reiteradamente noticiado pelos meios de comunicação: desde 1990, o número de cursos de Direito multiplicou-se no país.

Em Pernambuco, passou de 4 para 16. No Nordeste, passou de 30 para 110. Só o Estado de São Paulo tem hoje mais cursos de Direito do que todo o país tinha há 15 anos.

Falando exclusivamente de Pernambuco, ainda é cedo para julgar os novos cursos, até porque a quase totalidade deles (11 dos 12 abertos após 1990) ainda não diplomou a sua primeira turma, ou seja, os seus concluintes ainda não se submeteram ao Exame de Ordem.

No entanto, o exemplo dos Estados do Sul/Sudeste, onde o fenômeno multiplicador se fez sentir mais cedo, nos indica que a qualidade de ensino tem despencado, fazendo com que o Exame de Ordem, nessas unidades da Federação, reprove em média dois terços dos candidatos que a ele se apresentam.

Recentemente, o Conselho Federal da OAB informou que, até o dia 5/4/2004, existiam 420.000 advogados regularmente inscritos no país. Destes, mais da metade encontra-se em apenas dois Estados - São Paulo (145.000) e Rio de Janeiro (75.000).

Pernambuco, com 10.620 inscritos, encontrava-se em oitavo lugar no Brasil e em primeiro lugar no Nordeste - quase empatado com o Estado da Bahia. A Região Nordeste como um todo detinha menos de 11% do total de advogados brasileiros.





O presidente da AIP, Flávio Chaves, ladeado pelos advogados e conselheiros da AIP Júlio Oliveira e Antônio Campos

Em uma cerimônia concorrida, o salão de eventos do Paço Alfândega foi palco da solenidade de posse dos novos membros dos Conselhos Consultivo, de Direitos Humanos, do Meio Ambiente, Editorial e de Patrimônio Histórico e Artístico da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP),

## Júlio Oliveira toma posse como conselheiro da AIP

que completou 75 anos, sendo uma das primeiras a ser constituída desde a fundação da Associação Brasileira de Imprensa.

O presidente da OAB pernambucana, Júlio Oliveira, foi empossado como membro do Conselho de Direitos Humanos da associação, com outros profissionais formadores de opinião e personalidades da sociedade pernambucana. "Unidos à AIP, todos nós, conselheiros, temos o compromisso e o ensejo de fazer renascer a associação e possibilitar a revitalização não só da

imprensa, mas da cidade do Recife e principalmente do Centro da cidade, onde está localizado o edifício da associação", declarou Júlio Oliveira.

À frente de uma instituição com cerca de três mil jornalistas está o escritor e jornalista Flávio Chaves, que em seu discurso de posse ressaltou a importância de se estabelecer parcerias com a sociedade, empresas e autoridades de Pernambuco para o sonho coletivo de ver um Recife melhor.

## Direito e responsabilidade ambiental

A Escola de Advocacia da OAB-PE dá show de bola em mais uma boa iniciativa: a criação do Núcleo Multidisciplinar de Estudos de Meio Ambiente e Direito, que pretende desenvolver estudos e pesquisas que possam contribuir para a conscientização da coletividade e do verdadeiro papel dos operadores do Direito, para que as leis ambientais sejam respeitadas.

O grande diferencial dessa proposta é que pela primeira vez a OAB, por meio da Escola Ruy Antunes, abre um núcleo de estudos não só com a colaboração de advogados, mas com a importante participação voluntária de outros profissionais, como biólogos, engenheiros, administradores de empresas e servidores públicos.

O núcleo iniciou suas atividades durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente, em junho, com a realização da palestra sobre o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental, com a participação das doutoras Cynthia Suassuna e Dora Vasconcelos.



Mesa de abertura

## ELEIÇÃO DA AATP

Abertura de urnas confirma resultado de 2003

A Comissão Eleitoral da OAB-PE, presidida por Júlio Oliveira, que comandou o processo eleitoral para a escolha da nova diretoria da Associação dos Advogados Trabalhistas em Pernambuco (AATP), procedeu, na noite do dia 8 de julho, à contagem dos votos das sete urnas que permaneciam lacradas desde o dia da eleição (12 de março de 2003).

A abertura das urnas foi determinação do juiz da 10ª Vara Cível da capital. Os votos apurados confirmaram a vitória do atual presidente, Jefferson Calça, com o seguinte resultado: chapa 1, Paulo Azevedo, 225 votos; chapa 2, Jefferson Calça, 329 votos; chapa 3, Francisco Gomes, 26 votos; chapa 4, Amarly Batista dos Santos, 8 votos; 1 voto em branco e 3 nulos.

O resultado das urnas não surpreendeu a atual diretoria da entidade. "A abertura das urnas representa um marco histórico de transformação para a AATP, pois a associação durante muitos anos foi utilizada como propriedade privada de uma única pessoa. Hoje, em razão do trabalho desenvolvido, estamos promovendo e proporcionando uma mudança de consciência crítica dos advogados que participam da AATP, transformando-a em uma

instituição respeitada por magistrados, procuradores e serventuários", declarou satisfeito o presidente da AATP, Jefferson Calça.



Advogados da chapa vencedora

**Livraria Editora RENOVAR**

Rua do Comércio, 345 - Recife

**Biblioteca de Teses**

**Controle não Societário**  
Ricardo F. de Macedo  
232 páginas

**Títulos de Crédito**  
Luiz Enygo F. da Rosa Junior  
3ª edição - 802 páginas

**Direito Societário**  
José E. Tavares Borba  
9ª edição - 598 páginas

**Arquivos de Direitos Humano - Nº 5**  
Celso D. de A. Mello  
Ricardo Lobo Torres  
492 páginas

**Direito Adquirido**  
Ivo Dantas  
176 páginas

**AS MELHORES PUBLICAÇÕES DE DIREITO**

www.editorarenovar.com.br  
E-mail: renovar@editorarenovar.com.br  
SAC: 0800-221863

FILIAL PE: Rua Comércio Finais, 345  
Boa Vista - Recife - PE - CEP 50.050-070  
Tel.: (81) 3223-4988 - Fax: (81) 3223-1176



# Homenagens

## Rádio Jornal

No mês passado, o advogado Jorge Tasso de Souza e a defensora pública Marta de Brito Alves Freire receberam o diploma de destaque do ano de 2003 na área criminal.



O advogado Jorge Tasso de Souza



A advogada Marta de Brito Alves Freire e o marido, Marcos Freire Filho

A homenagem foi concedida pelo radialista Gino César, da Rádio Jornal.

Também receberam o diploma policiais militares, civis, soldados do Corpo de Bombeiros e membros do Poder Judiciário.

## Universo

No fim do mês passado, o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco, Ricardo Correia, recebeu a Medalha de Jurista Revelação. Ela foi entregue pelo Centro de Estudos do Direito do Diretório Acadêmico-



Vice-presidente da OAB/PE, Ricardo Correia, e o presidente do Diretório Acadêmico da Universo, Gladistone Cordeiro

co de Direito da Universo, na pessoa do presidente do D.A., Gladistone Cordeiro.



Diretor Geral da Universo Recife, Arnott Calado, o presidente da Seccional pernambucana, Júlio Oliveira, e diretores e conselheiros da Universo e da OAB.

# Compromisso de novos advogados

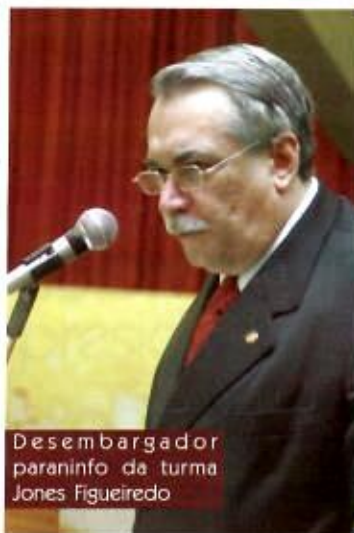


Platéia

Do começo do ano até agora 567 novos advogados e 256 estagiários fizeram o juramento, assumindo o compromisso de manter a ética e defender os interesses da classe e sociedade.

Só no último mês, foram 426 novos advogados e 18 estagiários

Desembargador Jones Figueiredo, presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, e o ex-presidente da OAB-PE e atual conselheiro federal e presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas dos Advogados, Ademar Rigueira



Desembargador paraninfo da turma Jones Figueiredo



Mesa



# TARGET

Inglês e Espanhol Instrumental e para fins específicos

- Professores especializados em Inglês Instrumental
- Preços justos
- Turmas reduzidas (5 alunos)
- Atendimento personalizado

## Cursos:

- Inglês Instrumental preparatório para exames de seleção do Mestrado e Doutorado em
  - DIREITO
  - SOCIOLOGIA
  - C.POLÍTICA
  - ANTROPOLOGIA
- Acadêmico/Conversação para advogados
- In Company (descontos especiais para grupos fechados de no mínimo 4 pessoas)

Se você não tem tempo para fazer um curso completo de Inglês e tem pouco conhecimento na disciplina, e é candidato à seleção do Mestrado, Doutorado ou Concursos Públicos nos quais há um teste de Inglês, o curso Instrumental do **TARGET** é a sua solução. Através de estratégias de leitura, vocabulário direcionada, técnicas de versão e gramática você conseguirá ler e interpretar rapidamente a sua prova. Orientamos também na formatação do seu Projeto de Pesquisa.

**NOVAS TURMAS EM JULHO**  
**DURAÇÃO DO CURSO: 6 MESES**

**APRESENTE ESTE ANÚNCIO E GANHE 50% DE DESCONTO NA MATRÍCULA.**

Rua Francisco Alves 75 Sl. 902 - Ilha do Leite

81.3423.9578

target@hotlink.com.br



# Advogado pernambucano assume Comissão na OAB-SP

Informe OAB

Convidado pelo presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges d'Urso, para presidir a Comissão de Acompanhamento Legislativo, o advogado pernambucano Luiz Piauhyllino Filho tem à frente um tra-



Luiz Piauhyllino Filho na cerimônia de posse da Comissão



O vice presidente da OAB-PE, Ricardo Correia, o deputado federal, Luiz Piauhyllino, e advogados da Seccional paulista

balho muito importante: contribuir para a implantação de um projeto que torne a Instituição mais presente e atuante também na esfera legislativa municipal, estadual e federal.

Sua indicação é mérito do conjunto de trabalho que ele desenvolve na Câmara dos Deputados para a Frente Parlamentar do Advogado, presidida pelo deputado Luiz Piauhyllino (PTB-PE), e para o Centro de Estudo das Sociedades de Advogados (Cesa).

"A Comissão de Acompanhamento Legislativo desenvolve um importante papel no Poder Legislativo, com o intuito de acompanhar e sugerir modificações para as proposições legislativas de interesse do advogado em andamento na Câmara Municipal e Assembléia

Legislativa de São Paulo e no Congresso Nacional", informou Piauhyllino Filho.

O plano de trabalho da comissão para 2004 abrange ações que envolvem o acompanhamento das proposições legislativas de interesse da OAB-SP; a sugestão de modificações para as proposições em trâmite nos três níveis; o estímulo à criação das Frentes Parlamentares dos Advogados na Assembléia Legislativa de São Paulo e na Câmara dos Deputados, além da realização de seminário para discutir o desrespeito às prerrogativas

dos advogados e a questão da redução da maioria penal.

De acordo com o presidente da comissão, a iniciativa da OAB-SP não é uma ação isolada: "Estamos trabalhando em parceria com a Comissão de Acompanhamento Legislativo do Conselho Federal, pois assim somamos esforços para fazer valer nossas sugestões modificadoras das proposições legislativas em andamento".

O núcleo existente em São Paulo é formado por advogados altamente capazes e vem prestando à bancada paulista e ao próprio Congresso relevantes serviços. Espera-se que o exemplo estimule a expansão para outros Estados.

O vice-presidente da Seccional de Pernambuco, Ricardo Correia, participou em São Paulo da solenidade de posse da nova diretoria da comissão.

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

**Presidente:** Luiz Piauhyllino Filho

**Membros:** Adriana Orsatti Scattoni, Alessandra Kátia Dallaverde, Amílcar Aquino Navarro, Antonio Frederico Cavaleira de Mendonça, Celso de Souza Azzi, José Vasconcelos, Larissa de Abreu d'Orsi, Lidia Valério Marzagão, Luiz Eduardo de Siqueira S. Thiago e Paulo Bezerra de Menezes Reiff

## Uma forma de salvar vidas doação de órgãos

Uma iniciativa cidadã foi o debate sobre a doação de órgãos promovido pela Comissão de Cidadania (CC) da OAB-PE, que trouxe para o centro das atenções a discussão sobre a importância do assunto, num momento em que o país foi pego de

surpresa com denúncias envolvendo a área de saúde. A CC buscou algumas das principais entidades de Pernambuco que desenvolvem projetos especiais para a doação de órgãos.

Participaram do debate a hematologista do Hemope Jeanine Nóbrega, a assistente social Maria Conceição Amorim, a médica da Central de Transplantes de Órgãos de Pernambuco Sandra Carvalho e o oftalmologista do Banco de Olhos Márcio Mahon, que, além de relatar e discutir as conquistas de cada instituição, contribuíram mais uma vez para informar aos cidadãos como é simples salvar vidas.

## Advocacia Pública



O advogado da União Hermes Brito Júnior, o diretor da ESA, Eduardo Sertório, e o tesoureiro da OAB, Edmundo de Lacerda

Edmundo de Lacerda, Diretor tesoureiro da OAB/PE, palestrante honorário da ESA/PE e Procurador da Fazenda Nacional, reuniu e debateu com respeitável segmento da advocacia pública o papel da classe no estado democrático de direito, evento prestigiado pelo advogado público Hermes de Brito Júnior.



Mesa da plenária





Ex-presidente da OAB-PE  
Joaquim Correia

# Os dez anos de vigência do Novo Estatuto da Advocacia

(Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994)

Neste mês de julho, completa-se uma década de vigência da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que, revogando o antigo estatuto (Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963) e as diversas leis que o modificaram, deu uma nova estrutura jurídica à Ordem dos Advogados e consagrou muitos direitos em favor da classe.

Alguns desses direitos foram suspensos por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 1.127-8, até hoje não julgada.

Entre os direitos consagrados e que não foram questionados naquela Adin, à exceção do parágrafo 3º do artigo 24, figuram com destaque as regras concernentes aos honorários advocatícios. Especialmente aquelas que estabelecem, em caso de arbitramento judicial, a observância do valor mínimo prescrito em tabela elaborada pelos Conselhos Seccionais da OAB e da compatibilidade desse valor com o trabalho desenvolvido e o valor econômico da questão (artigo 22, parágrafo 2º). Vale salientar que esses dois últimos critérios já tinham sido previstos pelo próprio Código de Processo Civil quanto aos honorários da sucumbência (artigo 20, parágrafo 3º, alínea "c"). Outra regra de destaque estabelece, em termos categóricos, que constitui direito autônomo do advogado a percepção desses mesmos honorários em sua

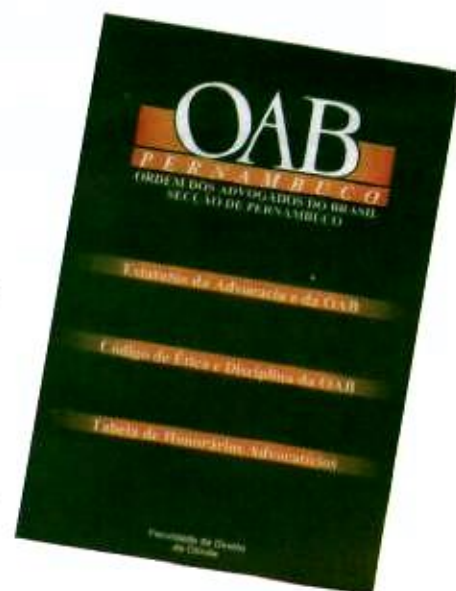
integralidade (artigo 23), como previsto na lei anterior, ainda que com a ressalva de serem tais honorários reduzidos da importância acaso já recebida do cliente (Lei nº 4.215/63, artigo 99). Isso lhe assegura, tal como ali estabelecido, legitimidade para executar em nome próprio a sentença condenatória nesse particular em sua integralidade.

Apesar da clareza do texto legal, não tem sido aos advogados fácil o exercício desse direito no que diz respeito à aceitação daquele valor mínimo fixado em tabelas genéricas e previamente elaboradas pelo órgão de classe.

A pesquisa de jurisprudência sobre o assunto nos mostra como determinados julgadores são refratários à aceitação de tais tabelas, sob o argumento de que elas seriam dirigidas apenas à classe dos advogados, não estando, por isso mesmo, os juízes a elas adstritos. Isso parece demonstrar um certo receio de terem os juízes, de algum modo, limitada a sua função julgadora, ainda que em decorrência da própria lei que devem aplicar. Com isso se terá negado vigência ao texto claro do dispositivo da lei estatutária, que expressamente alude ao processo de arbitramento judicial, no qual, a par de outros critérios, devem ser considerados, como limite mínimo, aqueles constantes da tabela elaborada pelo respectivo Conselho Seccional

da OAB.

Quanto à legitimação para a execução dos honorários da sucumbência (que já tinham sido assegurados, como exposto no antigo estatuto, apenas com a ressalva de que, desses honorários, deveria ser deduzida a quantia acaso adiantada pelo cliente como honorários contratados), inexistente polêmica. Em face dessa diferenciação entre o estatuto novo e o antigo, é relevante referir que, agora, os honorários da sucumbência são direito próprio do advogado e distintos dos honorários contratados, exceto se houver no contrato de honorários cláusula que preveja a compensação, total ou parcial, com os valores recebidos da parte adversa pela sucumbência, hipótese em que o advogado beneficiário da sucumbência deverá dar cumprimento ao ajuste que fez com o cliente. Mas, por se tratar de acerto particular, parece-me que continua ele como único legitimado a promover a execução da sucumbência, ressalvada a hipótese de cessão desse direito.



## Depoimento do presidente do Conselho Federal Roberto Busato

"O transcurso, este ano, do décimo aniversário do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994) é data que merece ser celebrada por nossa classe - e por todos os profissionais que atuam na chamada cena judiciária. O Estatuto regulou situações novas, como, por exemplo, a dos advogados empregados, da advocacia pública, da consultoria jurídica, dentre outras, além de ter revisto o elenco das incompatibilidades da profissão.

Ao longo desta primeira década de existência, o Estatuto foi amplamente discutido, interpretado - no plano teórico e na prática da OAB - por seus órgãos locais e pelo Conselho Federal, promovendo-se a divul-

gação sistemática dos entendimentos firmados em ementários publicados a cada dois anos.

Em todo o seu ordenamento, o Estatuto reafirma a essencialidade do exercício da advocacia, que dá ao advogado a missão de assegurar o pleno direito à cidadania, além de substância ao comando constitucional que garante os direitos fundamentais do ser humano. É essa a garantia que preserva o equilíbrio das relações humanas, sociais, políticas e jurídicas. É esse o papel da Advocacia.

O advogado não pode ser visto como mero integrante do corpo jurídico. É ele quem dá vida aos processos judiciais, tornando-se centro difusor de idéias e de formação de jurisprudência. Pela criatividade e inteligência do advogado, o Direito se mantém vivo e a Justiça se realiza. Daí a importância do Estatuto.

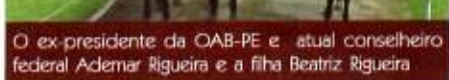


Presidente do  
conselho federal  
Roberto Busato





Mas, se você não pôde participar dessa cavalcada, fique tranquilo! No ano que vem tem mais. Em junho haverá a segunda edição.



## Fechamento de bares é inconstitucional



## OAB diz que fechar bares é ação **inconstitucional**

[illegible]

## Realidade e boas intenções

[illegible]

**No dia 23 de junho o governador Jarbas Vasconcelos vetou o projeto.**

(matéria publicada no *Jornal do Comércio*)



# Desejo e participação

Eduardo Sertório

Diretor-geral da Escola Ruy Antunes

Quando se fala em democracia, fala-se sempre em participação. Há anos venho me dedicando ao aperfeiçoamento profissional dos lidadores do Direito e confesso que, apesar de todo o trabalho realizado e da participação dos membros da classe em Pernambuco, chama-me a atenção a diferença entre a regularidade do número de participantes nos cursos promovidos pelas ESAs em todo o país.

Sem dúvida, é em São Paulo que a classe mais apóia a vida cultural da Ordem. As inscrições para os cursos são realizadas em um único dia e as vagas são sorteadas entre os que dele desejam participar, pois há menos assentos do que os necessários.

A ESA mineira divulga seus eventos especialmente entre os seus ex-alunos, de acordo com a área de atuação de cada um, e as vagas, em número de 104, costumam ser totalmente preenchidas.

Em Pernambuco, apesar de toda a divulgação dos cursos em mais de cem locais, do informativo eletrônico da escola, do **Jornal da OAB-PE**, do número de advogados, estagiários e estudantes de Direito, e considerando-se a excelente qualidade e a avaliação positiva dos professores e conferencistas da Escola Ruy Antunes, a

quantidade de participantes oscila de maneira imponderável. Alguns cursos extrapolam o número de inscritos, sendo as portas literalmente fechadas. Outros atingem a casa dos 20 participantes...

Tenho uma solução: é necessário que os advogados e os escritórios adotem a escola, a fim de que possamos promover mais cursos.

Em outras palavras: a **Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pernambuco** oferece aos seus membros cursos de alto nível a um custo bastante acessível. Não se justifica a baixa frequência em alguns deles, a não ser se houver a ausência do desejo de se aperfeiçoar.

Aumentando o leque de opções, em julho iniciaremos as atividades do primeiro **Núcleo de Estudos sobre Responsabilidade Civil** e em agosto, o **programa Sempre aos Sábados** (ver quadro abaixo).

Convido todos os advogados, advogadas, estagiários, estagiárias e integrantes dos escritórios de advocacia e dos departamentos jurídicos das empresas a participar ativamente de nossas atividades. Afinal, o aperfeiçoamento dos membros da classe é nossa contribuição à democracia.

## ESA / AESO

O Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de Olinda contou com integral apoio da **ESA-PE** na promoção da 1ª Semana de Reciclagem Jurídica. Júlio Oliveira e Eduardo Sertório proferiram palestras a respeito da ética profissional e do aperfeiçoamento contínuo dos advogados.

## Novos Talentos

O jovem advogado e professor da **ESA-PE**, Leonardo Coelho, ministrou seu primeiro curso sobre Direito do Trabalho na **OAB-PE**, recebendo significativa avaliação dos alunos.

### ESA-PE NO INTERIOR

O presidente Júlio Oliveira, sempre incentivando e apoiando as atividades voltadas para os advogados do interior, em sintonia com o coordenador do Colégio de Presidentes, Jânio de Barros Carvalho, sob a coordenação da Ruy Antunes, organizou três debates sobre **Direito Eleitoral**. Antônio Campos já confirmou presença em **Palmares** na noite do dia 15 de julho. No dia 21, será em **Serra Talhada**. Em **Limoeiro** será no dia 29 deste mês, com a participação de Mauro Alencar.

### Núcleo de Estudos sobre Responsabilidade Civil

Iniciaremos nos sábados 31 de julho e 14 de agosto as atividades do primeiro núcleo de estudos da Escola Ruy

Antunes, que será sobre **responsabilidade civil**. Os advogados Andréa Andrade e Renato Canuto o coordenarão. A idéia é discutir assuntos pontuais, promovendo um debate por mês. Encerrando cada discussão, o grupo deverá elaborar uma síntese da conclusão, que será divulgada e publicada. Participe!

### Direito Imobiliário

O consagrado advogado Manoel Emerenciano ministrará o curso **Direito Imobiliário à Luz do Novo Código Civil**, na manhã dos dias 2 e 4 de agosto, no auditório da **OAB-PE**. Inscrições abertas.

### Direito Previdenciário

Marcos André Couto Santos, atendendo ao convite da **OAB-PE**,

preparou curso objetivando discutir as principais questões relacionadas ao **Direito Previdenciário**. Será nos dias 16 e 18 de agosto, no horário das 9 às 12 horas.

### Carine Delgado inicia novo programa da ESA-PE: "SEMPRE AOS SÁBADOS"

Iniciando o programa **Sempre aos Sábados**, a diretora cultural da **ESA-PE**, procuradora e professora universitária, Carine Delgado, proferirá palestra sobre o tema **Principais Aspectos da Reforma Administrativa**, contando com o comparecimento dos advogados públicos em Pernambuco. Será no sábado 28 de agosto, pontualmente às 9 horas.



## Olinda

Em documento enviado pelo Superior Tribunal Militar à presidência da OAB-PE, a Seccional pernambucana e o presidente da Subseccional Olinda, Clóvis Bastos, foram homenageados pelo desempenho, trabalho e competência. A citação consta da ata da sessão de julgamento realizada no dia 8 do mês passado.

Almirante de Esquadra, José Júlio Pedrosa e o presidente da Subseccional Olinda, Clóvis Bastos



## Surubim

### Direito de Família

A iniciativa da OAB e da Escola Ruy Antunes (ESA) em levar para o interior cursos e debates que contribuem para a formação contínua dos operadores do Direito tem dado mais do que certo. Surubim foi o destino do ciclo de cursos itinerantes, que desta vez teve à frente o conselheiro estadual da OAB-PE e diretor da ESA, professor Eduardo Sertório, que abordou as principais questões do Direito de Família. O evento foi uma realização da Subseccional de Surubim.

## Petrolina

### II Colégio de Presidentes das Subseccionais

Ética e meio ambiente serão discutidos durante encontro de presidentes das Subseccionais nos dias 30 e 31 de julho e 01 de agosto na cidade de Petrolina.

## Caruaru

### Diga não à violência

Mais de duas mil pessoas percorreram as principais ruas de Caruaru para sensibilizar a população a dizer sim à paz e não à violência e a entregar armas de forma voluntária.



Diretores da OAB-PE e da Subseccional de Caruaru

## Subseccional de Paulista: ética, trabalho e educação

O primeiro curso sobre Direito Eleitoral realizado pela Subseccional da OAB de Paulista e ministrado pelo professor Geraldo Neves cumpriu com duas das muitas bandeiras da Ordem dos Advogados do Brasil: facilitar aos advogados o acesso à formação/educação contínua no tocante às leis, jurisprudências e doutrinas e estimular a participação dos profissionais no processo eleitoral, de forma a exigir uma eleição ética e transparente.

Para a presidente da Subseccional, Angelita de Moraes, o excelente resultado do curso é fruto do trabalho que foi implantado em sua gestão. "Assumi a presidência da OAB em Paulista disposta a trabalhar para um triênio de vitórias e reconhecimentos", declarou Angelita.

Desde janeiro a Subseccional vem desenvolvendo diversas ações que representam conquistas importantes para os advogados da região norte do Estado. A parceria com a Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATPE) resultou, em Paulista, na reinauguração da Sala dos Advogados no prédio da Justiça do Trabalho, bem como na posse da diretoria da AATPE do município. Mas o desafio da atual gestão é grande e mais um objetivo foi conquistado com a instalação da Sala do Advogado no Fórum de Igarassu, que servirá de apoio ao advogado e aos cidadãos que necessitem de esclarecimentos jurídicos.

Engajada nas questões sociais, a OAB-Paulista realizou a I Conferência Feminina, da qual participaram cerca de 200 pessoas, que discutiram propostas sobre mecanismos de garantias das políticas públicas para as mulheres, propostas que serão apresentadas durante as Conferências Estadual e Federal.

A presidente da Subseccional, Angelita de Moraes, recebeu o prêmio Cecília Meireles, como mulher destaque do município de Paulista pelos trabalhos prestados na área jurisdicional.



Professor Geraldo Neves juntamente com diretores da OAB-PE e da Subseccional de Paulista



Várias autoridades das Polícias Civil, Militar, Federal e do Exército participaram do evento, além do presidente da OAB no Estado, Júlio Oliveira, da secretária adjunta, Rosário Vaz, de advogados, conselheiros e da presidente da Subseccional de Caruaru, Margarida Cardoso, que recebeu um certificado da SDS como colaboradora da campanha.

A caminhada terminou no pátio do forró, com a destruição simbólica das armas entregues pela população.



# I Encontro dos Magistrados, Advogados e Procuradores do Trabalho de Pernambuco



Vice-presidente da ABRAT Osvaldo Sirota Rotbando, o presidente da ABRAT Nilton Correia, o presidente da OAB Júlio Oliveira, o presidente da AATP Jefferson Calaça e o diretor da AATP Rodrigo Oliveira



Mesa de abertura

## CARTA JURÍDICO-LABORAL DE PERNAMBUCO

Nós, participantes do I Encontro dos Magistrados, Advogados e Procuradores do Trabalho no Estado de Pernambuco, profissionais, estudantes de Direito e dirigentes sindicais, reunidos na capital pernambucana no período de 17 a 19 de junho de 2004, consideramos:

- que o compromisso com o Estado democrático de direito é essencial à existência e manutenção dos princípios fundamentais da Constituição de 1988;
- que a geração de emprego é o alicerce fundamental da liberdade, para que cada homem e cada mulher possam empenhar a sua força a serviço do desenvolvimento nacional e da sobrevivência digna, conduzindo, pelo trabalho, os rumos de seus próprios sonhos;
- que os magistrados, advogados e procuradores do Trabalho de Pernambuco devem fazer-se sempre presentes na luta contra as desigualdades sociais no nosso país;
- que o nosso papel neste momento da conjuntura nacional é alertar a sociedade civil para os riscos iminentes da precarização do Direito do Trabalho em nosso país com a implantação das reformas constitucionais propostas pelo governo federal;
- que o nosso ordenamento jurídico ratifica a garantia da indisponibilidade e da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas; portanto, as reformas constitucionais devem assegurar conquistas e regulamentar os direitos sociais e trabalhistas pendentes na vigente Carta Magna;
- que as Convenções da OIT, especialmente a 87 e a 158, que tratam da liberdade e autonomia sindical e da estabilidade no emprego, devem ser imediatamente ratificadas e regulamentadas pelo governo federal;
- que o projeto das reformas sindical, trabalhista e do Judiciário, a ser aprovado pelo Congresso Nacional, deve priorizar o princípio da dignidade da pessoa humana na construção de um país livre e independente e de uma sociedade justa e fraterna.



Os presidentes Júlio Oliveira e Jefferson Calaça e toda a Diretoria da AATP



Presidente da OAB Júlio Oliveira e o ex-conselheiro federal Mauricio Rands



Painel de encerramento



Diretores e Conselheiros da OAB juntamente com Diretores da Associação dos Advogados Trabalhistas Estadual, Nacional e Internacional



Procurador Chefe do Ministério do Trabalho - 6ª Região Manoel Goulart e o presidente da Seccional pernambucana Júlio Oliveira



O advogado Francisco Neto participa ativamente dos debates



Presidente da ABRAT Nilton Correia



Presidente da AATP Jefferson Calaça



Advogado sindical e ex-vereador de Porto Alegre José Augusto Alvarenga



Advogado José Otávio Patrício em exposição de painel



Conselheiro federal Cláudio Ferreira



## RELAÇÃO DO CONSELHO OAB/PE TRIÊNIO 2004/2006

### DIRETORIA

Presidente: Jólito Alcino de Oliveira Neto  
Vice-Presidente: Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho  
Secretário-Geral: Taciato Domingues da Silva  
Secretária-Geral Adjunta: Maria do Rosário de Fátima Var Rodrigues  
Diretor-Tesoureiro: José Edmundo Barros de Lacerda

### CONSELHO SECCIONAL

Adonias dos Santos Costa  
Anastácia de Alcântara Brito  
Djalir de Souza Farias  
Edmundo Antônio de Siqueira Campos Barros  
Erik Limongi Sual  
Everardo Ribeiro Gusmões Filho  
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto  
Cláudia Maria Pontual de Moraes Oliveira  
Gustavo Ferreira Santos  
Gustavo Henrique de Brito Alves Freire  
Gustavo Matos  
Hélio Gurgel Cavalcanti  
Hélio Mariano da Silva Júnior  
João Pinheiro Lima  
José Alberto de Lima Filho  
José Martins de Melo  
José Nelson Vilela Barbosa Filho  
Mário Murolo de Siqueira Barbosa  
Nely Moraes Pinheiro  
Paulo César de Andrade Siqueira  
Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira  
Rodrigo Pellegrino de Azevedo  
Sílvia Neves Baptista Filho  
Virgínia Augusta Pimentel Rodrigues  
Waldomiro Santos Evangelista  
Almira Nunes da Silva  
Edvaldo Santana da Silva  
Elaine Maranhão Barbosa  
Francisco José de Araújo Gonçalves  
José Duarte Aguiar  
José Milton Monteiro de Figueiredo  
Lucia Helena Pinheiro Lima  
Manoel Luciano Silva de Lima  
Marinaldo José Peixoto  
Marly Regalado da Silva  
Oswaldo Neves Vieira Júnior  
Orthoniel Furtado Queiroz Neto  
Pedro de Albuquerque Malheiros Neto  
Renato Santos Pinheiro Filho  
Walter Giuseppe Alcântara Mantel

### MEMBROS HONORÁRIOS

José Cavalcanti Neves  
Joaquim Correia de Carvalho Junior  
Ottávio de Oliveira Lobo  
Dorany de Sá Barreto Sampaio  
Fernando de Vasconcelos Coelho  
Paulo Marcelo Wanderley Raposo  
Jorge da Costa Pinto Neves  
Aluísio José de Vasconcelos Xavier  
Ademar Rigueira Neto

### CONSELHO FEDERAL

Ademar Rigueira Neto  
Aluísio José de Vasconcelos Xavier  
Cláudio Soares de Oliveira Ferreira  
Célio Avelino de Andrade  
Ubirajara Emanuel Tavares de Melo

### CAAPE

Presidente: Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias  
Vice-Presidente: Tadeu Sávio Souza de Lira  
Secretário-Geral: Ailton Coelho de Araújo Filho  
Secretário-Geral Adjunto: Alexandre Gusmão Pinheiro de Araújo  
Diretor-Tesoureiro: Hermes Bezerra de Brito

### ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA RUYDA COSTA ANTUNES

Diretor-Geral: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto  
Diretor-Secretário: Carlos Eduardo Pugliesi  
Diretora-Cultural: Carine Delgado  
Diretora de Comunicação: Inah Moury Fernandes  
Diretor-Tesoureiro: Flares de Carvalho

### TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Presidente: Hélio Mariano da Silva Júnior  
Secretário-Geral: Djalir de Souza Farias  
Membro Julgador: Francisco José de Araújo Gonçalves  
Membro Julgador: Pedro de Albuquerque Malheiros Neto  
Membro Julgador: Sílvia Neves Baptista Filho

OAB-PE - Rua do Imperador Dom Pedro II, 235  
CEP: 50.010-240 Sto. Antônio - Recife - PE  
Fone: (81) 3424-1012

## RELAÇÃO DAS SUBSECCIONAIS

**Afogados da Ingazeira** (87) 3838-1190  
Presidente: Gilberto Costa (87) 9938-4140  
**Araripina** (87) 3873-0457  
Presidente: Éris Freire (87) 9995-2196  
**Arcoverde** (87) 3821-0457  
Presidente: Augusto Teixeira (87) 9991-1974  
**Barreiros** (81) 3675-1251  
Presidente: José Antônio de Araújo (81) 9986-1139  
**Belo Jardim** (81) 3726-2283  
Presidente: Gilvandro Estrela (81) 9981-4980  
**Cabo de Santo Agostinho** (81) 3524-1331 / 3521-9042  
Presidente: Geny Pereira (81) 8801-3125  
**Carpina** (81) 3621-0234  
Presidente: Jorge Lapa (81) 9282-6034 // 99540502  
**Caruaru** (81) 3721-0459  
Presidente: Margarida Cardoso (81) 9981-1480  
**Garanhuns** (87) 3761-1478  
Presidente: Luiz Jardim (87) 9988-3721  
**Goiana** (81) 3626-0805  
Presidente: Cândido Ferreira (81) 9112-6130  
**Jaboatão dos Guararapes** (81) 3461-9987  
Presidente: Fernando Araújo (81) 8801-9576  
**Limoeiro** (81) 3628-1002  
Presidente: Geraldo Guerra (81) 3628-1002

**Olinda**  
Presidente: Clóvis Bastos (81) 9974-7676  
**Palmares** (81) 3662-2180  
Presidente: Dora Melo (81) 91091781  
**Paulista** (81) 3433-0825  
Presidente: Angelita Moraes (81) 9977-2951  
**Pesqueira** (87) 3835-3011  
Presidente: Helder Valença (87) 9115-7435  
**Petrolândia** (87) 3851-1168  
Presidente: José Dantas (87) 9938-8183  
**Petrolina** (87) 3861-2400  
Presidente: Wagner Mororó (87) 9998-1893  
**Salgueiro** (87) 3871-0516  
Presidente: Péricles Soares (87) 9995-4321  
**Santa Cruz do Capibaribe** (81) 3731-4518  
Presidente: Roberto Soares (81) 9915-6802  
**Serra Talhada** (87) 3831-2333  
Presidente: Jânio Carvalho (87) 9991-1728  
**Surubim** (81) 3634-1798 // 3634-4885  
Presidente: Carlúcia Lapenda (81) 91127457  
**Timbaúba** (81) 3631-0181  
Presidente: Josefa Fulgêncio (81) 9623-0496  
**Vitória de Santo Antão** (81) 3526-5008  
Presidente: Washington Amorim (81) 9971-4738

## Horário do micro-ônibus

OAB/PE	10h	JUSTIÇA DO TRABALHO
JUSTIÇA DO TRABALHO	10h30	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR JUSTIÇA DO TRABALHO)	12h	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	12h30	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	13h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h	OAB/PE
OAB/PE	14h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	15h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h	OAB/PE
OAB/PE	16h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	17h40	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	18h	OAB/PE

## Linha Norte (Recife/Olinda/Paulista)

OAB/PE	10h	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	10h40	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	12h	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	12h30	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	13h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	14h	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	14h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	14h50	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	15h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	16h	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	16h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	16h50	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	17h40	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	18h	OAB/PE